

Políticas linguísticas, seus objetivos e internacionalização do ensino superior: um olhar para instituições nordestinas

Language policies, their objectives, and internationalization of higher education:
a look at northeastern institutions

Lucas Natan Alves dos Santos¹

Elaine Maria Santos²

Resumo: A Internacionalização não é um movimento recente das Instituições de Ensino Superior (IES), estando ligada ao próprio surgimento das universidades, porém, com a intensificação da globalização na pós-modernidade, ela tem sido bastante enfatizada e requerida (Matos; Carvalho, 2023; Stallivieri, 2017). Caracteriza-se pelas multifacetadas, a difícil definição, a inter/multi/transdisciplinaridade, e, habitualmente, aspectos neoliberais/coloniais (Chagas, 2023; Stein *et al*, 2016). No Brasil, os processos de internacionalização, ensino-aprendizagem de línguas e desenvolvimento de políticas linguísticas (PLs) são intermediados, desde 2012, pelo programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) (Abreu-e-Lima *et al*, 2023). À luz do exposto, almejamos apresentar os objetivos mais e menos recorrentes em PLs de 16 IES da Região Nordeste do Brasil, bem como a recorrência da menção ao IsF nesses documentos. É uma pesquisa de base interpretativista e abordagem quali-quantitativa, situada no campo da Linguística Aplicada. Apreendemos como resultados a menção ao IsF em 10 das 16 PLs analisadas, mostrando a proeminência do Programa acerca da assistência e promoção dos cursos de línguas e da construção desses documentos. Como objetivo mais frequente, observamos uma busca pela democratização do acesso ao ensino-aprendizagem de línguas. Contrariamente, o objetivo menos citado foi o incentivo à construção de um planejamento linguístico.

Palavras-chave: Idiomas sem Fronteiras. Políticas Linguísticas. Internacionalização. Objetivos. Região Nordeste.

Abstract: Internationalization is not a recent movement of Higher Education Institutions (HEIs), being associated to the emergence of universities, however, with the intensification of globalization in postmodernity, it has been emphasized and required (Matos; Carvalho, 2023; Stallivieri, 2017). It is characterized by its multifaceted nature, difficult definition, inter/multi/transdisciplinarity, and neoliberal/colonial aspects (Chagas, 2023; Stein *et al*, 2016). In Brazil, the processes of internationalization, language teaching and learning (LTL), and the development of language policies (LPs) have been mediated since 2012 by the Languages without Borders (LwB) program (Abreu-e-Lima *et al*, 2023). We aim to present the most and least recurrent objectives in LPs of 16 HEIs in the Brazilian Northeast, as well as the recurrence of mention of the LwB in these documents. It is an interpretivist research, with a quali-quantitative approach, situated in Applied Linguistics. We apprehend as results the mention of LwB in 10 out of the 16 LPs analyzed, showing its prominence regarding assistance/promotion of language courses and the construction of these documents. As the most frequent objective, we observed a search for the democratization of access to LTL. Conversely, the least mentioned objective was the support for the development of language planning.

Keywords: Languages without Borders. Language policies. Internationalization. Objectives. Northeast Region.

¹ Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, São Cristóvão, SE, Brasil. Endereço eletrônico: lucasnatanpopteen@gmail.com.

² Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Letras Estrangeiras e Programa de Pós-Graduação em Letras, São Cristóvão, SE, Brasil. Endereço eletrônico: elainemaria@academico.ufs.br.

Políticas linguísticas e internacionalização: o que o Idiomas sem Fronteiras tem a ver?

Falar de política linguística no território brasileiro remete-nos aos primeiros momentos do período de invasão/colonização com as investidas para o aprendizado das línguas indígenas e o consequente ensino de português aos povos nativos pelos jesuítas, predominando, nesse contexto, a perspectiva de que aqueles homens e aquelas mulheres aborígenes não produziam uma língua(gem) racional, sendo a colonização linguística indispensável para o projeto dos colonizadores (Matos; Carvalho, 2023; Veronelli, 2021; Guimarães; Finardi; Casotti, 2019). Essa é uma visão de política linguística *top-down*, isto é, políticas que são estabelecidas por agentes considerados superiores nas relações (desiguais) de poder implantadas socialmente (Severo, 2013). Por esse viés, Rajagopalan (2013, p. 22) nos diz que as políticas linguísticas (PLs) estão mais inclinadas para o espaço da Política do que para o dos Estudos Linguísticos, uma vez que a política deve ser “entendida como uma atividade na qual todo cidadão — todos eles, sem exceção — tem o direito e o dever de participar em condições de absoluta igualdade”.

Rajagopalan (2013) descreve que todos e todas nós somos agentes de PLs em quaisquer cenários, tendo em consideração que a existência humana dá-se intermediada por atos comunicativos materializados nas mais diversas formas de língua(gen)s. Essa agência, para o autor, pode(ria) ocorrer através de (re)formulações, (res)significação, (des)obediência e resistência no que diz respeito às PLs. A título de exemplificação, podemos enxergar o Movimento Fica Espanhol³ como um desses movimentos de desobediência e resistência em busca de uma reformulação de uma política linguística imposta em uma configuração *top-down* por intermédio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), documentos de políticas linguísticas que determinaram a obrigatoriedade do ensino de língua inglesa na educação pública, ação que provocou a exclusão do ensino de língua espanhola desse contexto.

Outro exemplo que podemos perceber em nosso cotidiano é o da utilização (ainda que de modo muitas vezes tímido) de palavras nas/das linguagens inclusiva, neutra e não-binária nas mais diversas situações comunicativas em que estejam presentes pessoas de diferentes gêneros e identidades, deixando de reforçar padrões e estereótipos de gênero. Resistindo-se, assim, à normatividade gramatical de que a forma plural das palavras têm de ser composta no (gênero) masculino e ressignificando a língua portuguesa para os tempos pós-modernos, para a pluralidade de identidades.

Ao longo das décadas, várias definições foram elaboradas para conceituar o campo de Política Linguística, autores como Bernard Spolsky, Louis-Jean Calvet e Robert Cooper

³ Esse é um movimento iniciado no Rio Grande do Sul por alunos/as graduandos/as e professores/as de língua espanhola da Educação Básica/Superior que se estendeu aos demais estados no país com o objetivo de assegurar o ensino dessa língua nas escolas públicas e resistindo às políticas excludentes do governo então vigente.

são considerados cânones nesse segmento. Aqui, entendemos o campo de Política Linguística dividido em dois eixos: política e planejamento linguísticos. O primeiro está ligado à definição de objetivos a serem alcançados em relação a uma ou mais línguas em uma comunidade, instituição, em um país etc. Já o planejamento linguístico se configura no estabelecimento de gestão dessa política por intermédio de prazos e passos, dentre outras medidas (Santos; Gregolin, 2023; Severo, 2013).

Enquanto campo de pesquisas e estudos, o campo de Política Linguística foi introduzido à época do cessar da Segunda Guerra Mundial e nos anos finais da década de 1960 já estava bem consolidado com a delimitação de seus sujeitos, objetos e métodos de pesquisa, segundo Jernudd e Nekvapil (2012). Essa disciplina nasce com a finalidade de solucionar problemas linguísticos nas nações afetadas pelos confrontos da Segunda Guerra e, principalmente, nas nações colonizadas recém-independentes (Jernudd; Nekvapil, 2012; Severo, 2013). Contudo, no Brasil, os estudos nesse campo só começaram a ser delineados na década de 1990 (Sousa; Ponte; Sousa-Bernini, 2019).

Estão datados do início da década de 2010 os primeiros estudos que atrelam políticas linguísticas à internacionalização. Diversos/as autores/as apontam para essa recência, além de sublinhar os programas governamentais Ciência sem Fronteiras (CsF), Idiomas sem Fronteiras (IsF) e Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt) como os responsáveis pelo estabelecimento dessa ligação e pelo impulsionamento do processo de internacionalização nas instituições de ensino superior brasileiras (Guimarães; Pereira, 2021; Guimarães; Finardi; Casotti, 2019; Santos; Gregolin, 2023; Chagas, 2023; Matos; Carvalho, 2023; Guimarães; Silva, 2022). Porém, antes de discorrermos sobre esses estudos, é necessário introduzir esse processo.

Para Stallivieri (2017), é essencial olharmos em retrospecto, a fim de compreendermos o processo de internacionalização, o qual é inerente ao próprio surgimento das universidades. Notadamente durante a Idade Média, professores/as e alunos/as realizavam intercâmbio por um período de tempo em outras universidades no continente europeu com intuito de aprimorar seus conhecimentos voltados ao Cristianismo (Stallivieri, 2017; Matos; Carvalho, 2023). De acordo com Matos e Carvalho (2023), nessa época, a internacionalização era buscada pelos agentes dessas instituições, contudo, com o advento da Modernidade, esse processo perdeu força, pois pesou o projeto de Estado-nação, o qual intensificou o sentimento e o movimento de nacionalização, possuindo como premissa a tríade herderiana, interligando uma só língua à comunidade e ao território (Canagarajah, 2012).

Ainda conforme Matos e Carvalho (2023), esse processo retorna à realidade do ensino superior global com a intensificação do processo de globalização pós-moderno nas quatro décadas derradeiras do século passado em face dos avanços tecnológicos, dos fluxos de pessoas e informações, da predominância do capitalismo neoliberal e dos Estados Unidos

alçados à condição de superpotência, dentre outros aspectos (Knight, 2020; 2005). Em resumo, a internacionalização não é nenhuma novidade.

Atualmente, o processo detém diversas definições, sendo considerado político, cultural, “disperso e controverso”, além de abranger diversas áreas de estudos por ser de natureza inter/multi/transdisciplinar (Chagas, 2023, p. 35; Guimarães; Finardi; Casotti, 2019; Guimarães; Silva, 2022). Embora seja assimilado de maneiras diferentes, por agentes diferentes, em momentos diferentes, em diferentes realidades (Knight, 2005), apenas uma conceituação com maior abrangência, considerada neutra, é (re)utilizada desde a década de 1990 para defini-lo (Marginson, 2023; Chagas, 2023). Discorre-se nessa conceituação de Knight (2020) que com o processo de internacionalização almeja-se trazer às funções do ensino superior uma perspectiva internacional, intercultural e/ou global. Entretanto, principalmente nos últimos anos, tanto o processo quanto essa conceituação vêm obtendo críticas pela suposta neutralidade com que trata um processo tão multifacetado (Marginson, 2023) e que tem o Norte Global como um lugar de legitimidade, assunto do qual trataremos algumas linhas abaixo.

Aproximamo-nos, neste escrito, da concepção de internacionalização do ensino superior empreendida pelo GPLIES, o Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior, para o qual esse processo é compreendido como “um movimento articulado pelas comunidades acadêmicas e não-acadêmicas que busca promover o compartilhamento de ideias, de culturas, de práticas inovadoras e de responsabilidades sociais, que se manifestam de forma transversal nos diferentes setores” de uma Instituição de Ensino Superior (IES) (GPLIES *apud* Gomes; Santos, 2023, p. 23).

Nessa definição, ainda é demarcado um “posicionamento decolonial e crítico” com um olhar para as “demandas locais”, favorecendo, desse modo, uma ressignificação do processo para as realidades brasileiras (Gomes; Santos, 2023, p. 23). Chagas (2023, p. 38) argumenta que essa definição instiga uma recontextualização da internacionalização a partir de uma “visão transcendente à de gestão universitária, muito característica dos pioneiros nos estudos a seu respeito”, tal como a de Knight (2020) acima mencionada.

A outra crítica fundamentada em torno da internacionalização configura-se a partir das reflexões proporcionadas pelos estudos decoloniais. Dentre as reflexões, pauta-se a competitividade característica do capitalismo neoliberal que pode determinar os objetivos, as ações e o desenvolvimento do processo dentro de uma instituição, levando à existência de práticas antidemocráticas e ponderando apenas as facetas econômicas (Leal; Abba; Finardi, 2023; Chagas, 2023). Por esse viés, na internacionalização, ainda são percebidos os resquícios do colonialismo por meio das colonialidades, havendo um lado escuro inventado e mantido pelo imaginário global moderno/colonial (Stein *et al*, 2016). Em um desses cenários, podemos enxergar a importação acrítica da própria definição do processo, de métodos,

abordagens, metodologias, de testes de proficiência linguística ora inventados ora legitimados pelo Norte Global, principalmente pelas nações europeias que em outro momento foram colonizadoras e pelos Estados Unidos, nação que, hoje, desempenha o papel de neocolonizadora (Leal; Abba; Finardi, 2023; Stein *et al*, 2016).

Nesse ínterim, a mobilidade *outgoing* (quando estudantes saem de um país para cursar parte de seus estudos em outro) possui, majoritariamente, países do Norte Global como destino, ocasionando em um desequilíbrio, transformando os países e as instituições do Sul Global em meros consumidores do/s conhecimento/s produzido/s, ou em outras palavras, uma relação de passividade (Lima; Maranhão, 2009). Em última instância, à língua inglesa é atribuído o título de língua da internacionalização, principalmente em virtude desse poderio dos Estados Unidos, como já comentado. Cobra-se que professores/as, alunos/as e gestores/as saibam inglês, ensinem inglês, publiquem em inglês, mas que seja um inglês padrão estadunidense ou britânico, gramaticalmente correto, favorecendo, portanto, uma internacionalização monolíngue guiada pela anglofonia (Leal; Abba; Finardi, 2023; Guimarães; Finardi; Casotti, 2019; Finardi; Guimarães, 2019).

O ensino-aprendizagem de línguas, e não apenas de língua inglesa, juntamente à construção de políticas linguísticas são essenciais para o aperfeiçoamento desse processo, tendo em conta que é impossível internacionalizar falando-se apenas uma língua ou mantendo o mito do monolinguismo brasileiro em relação às línguas materna e estrangeira (Finardi; Guimarães, 2019). Em nossa realidade, os governos mediante suas instituições e/ou agências são os principais atores de PLs (Matos; Carvalho, 2023). Segundo Guimarães, Finardi e Casotti (2019, p. 318, tradução nossa), “uma sociedade baseada no conhecimento deve refletir sobre a provisão de idiomas em ambientes educacionais, pensando em políticas linguísticas multilíngues” e, para eles, assim como para Chagas (2023) e Matos e Carvalho (2023), os programas Ciência sem Fronteiras e Idiomas sem Fronteiras podem ser considerados políticas linguísticas informais.

O programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), por seu turno, desempenha um papel profundamente significativo no fomento desses estudos, diálogos e entrelaces entre políticas linguísticas e internacionalização. O Programa surge em 2012, nomeado de Inglês sem Fronteiras, como uma ramificação do Ciência sem Fronteiras (CsF), em virtude da baixa proficiência linguística dos/as candidatos/as e participantes deste programa, que tinha enquanto objetivo principal a mobilidade acadêmica com vistas à internacionalização (Brasil, 2012), ainda que essa mobilidade fosse somente destinada a países do Norte Global num movimento carregado de colonialidade/s. O Inglês sem Fronteiras nasce, então, com o propósito de atender a essa demanda, a de ensinar inglês aos/às participantes do CsF e prepará-los para os testes de proficiência requisitados pelas universidades de destino.

Um pouco mais tarde, no ano de 2014, houve uma remodelação no Inglês sem Fronteiras, sendo rebatizado como Idiomas sem Fronteiras (IsF) e, para além do inglês, passou a abranger outras seis línguas (alemão, espanhol, francês, italiano, japonês e português como língua estrangeira) (Brasil, 2014). Nesse passo, o IsF dá uma importante guinada no que diz respeito à valorização e construção de uma política linguística orientada pelo pluri e multilinguismo nas IES brasileiras.

Com essa remodelação, deixamos de enxergar a internacionalização como um processo monolíngue, simplificado apenas com o ensino de língua inglesa, e passamos a ter um olhar outro desse processo, mais crítico, considerando que nas nossas sociedades (ditas) globalizadas⁴ o constante contato virtual e/ou físico entre pessoas reinventam as relações pessoais e, primordialmente, linguísticas nas mais variadas “possibilidades semióticas” em um favorecimento das línguas híbridas, da translíngua (Chagas, 2023, P. 33; Canagarajah, 2012; Severo, 2013). O que pode encaminhar-nos para o desenvolvimento/fortalecimento das relações Sul-Sul (Leal; Abba; Finardi, 2023), buscando uma internacionalização outra, decolonial, crítica, ou no termo de Stein *et al* (2016): anti-opressiva⁵. Porém, é somente no ano de 2016 que, inicialmente, aparece nomeado em um documento o indicativo à construção de uma política linguística com vistas à internacionalização (Brasil, 2016). Diz o Artigo 1º da Portaria nº 30/2016:

Art. 1º Fica instituído o Programa Idiomas sem Fronteiras - IsF, com a finalidade de propiciar a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico administrativo das Instituições de Educação Superior - IES Públicas e Privadas e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT, de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país.

§ 1º As ações empreendidas no âmbito do Programa IsF serão complementares às atividades do Programa CsF e de outras políticas públicas de internacionalização da Educação Superior (Brasil, 2016).

Esse movimento ilustra o quanto o Programa IsF tem contribuído em ações que transcendem o ensino de línguas ou a formação de professores, se constituindo, hoje, também como um incentivador, formulador e agente na construção de políticas linguísticas e (de) internacionalização na realidade da educação superior do país, mesmo após o

⁴ Concordamos com a propositura de Santos (2001) de que a globalização (e muitas vezes a internacionalização) está sendo narrada/vendida como fábula, somente sendo considerados e exibidos os seus benefícios, corroborando para a manutenção da ilusão de que qualquer pessoa possui ou pode possuir acesso a esses benefícios.

⁵ Stein *et al.* (2016, p. 13) propõem quatro articulações para a compreensão de diferentes vertentes do processo de internacionalização. A terceira dessas articulações é a internacionalização anti-opressiva, a qual busca por uma justiça social, tendo como base pressupostos feministas e anti-coloniais, problematizando, dentre outras questões, a inclusão nesse processo, além de empoderar indivíduos marginalizados.

encerramento do CsF e da desvinculação do MEC enquanto mantenedor do Programa, em 2019 (Abreu-e-Lima *et al.*, 2023). O movimento mais enfático dado, todavia, aconteceu em 2017, com a publicação do Edital de Recredenciamento nº 29 (Brasil, 2017). Nesse documento, era solicitado das IES participantes do Programa uma política linguística como documento oficial ou minuta para que elas fossem recredenciadas no IsF (Brasil, 2017), tendo um prazo de um ano para a oficialização do documento.

Segundo Santos e Gregolin (2023, p. 34), mais de 90% das IES não possuíam uma PL institucionalizada, embora a significância fosse ressaltada, e após o requerimento do Edital de Recredenciamento, o cenário modificou-se. É nesse cenário que surge o objetivo deste trabalho: apresentar os objetivos mais e menos recorrentes em PLs de 16 IES da Região Nordeste do Brasil, bem como a recorrência da menção ao IsF nesses documentos. Essas PLs foram publicadas no âmbito do IsF e, na seção seguinte, trazemos maiores explicações.

A pesquisa e sua metodologia

O processo de internacionalização do ensino superior possui como característica a sua inter/multi/transdisciplinaridade, sendo objeto de estudos das áreas de Relações Internacionais, Administração e Estudos Linguísticos, em especial da Linguística Aplicada, pois “há questões diversas de língua(gem), identidade, interculturalidade e intercompreensão, objetos de estudo característicos” dessa área (Chagas, 2023, p. 35). Nesse aspecto, consideramos a Linguística Aplicada (LA), nosso local de trabalho, como um lugar que pode abranger, dentro da sua transgressividade, os vários contextos e desdobramentos da internacionalização, porque, como já dito, a internacionalização só se materializa por meio das línguas (Pennycook, 2006).

Na LA procuramos estudar esse processo dentro de uma ótica de suleamento, de decolonização epistemológica, de problematização, sobre, na e a partir da periferia, ou melhor, do Sul Global (Kleiman, 2013). Neste trabalho, tratamos a Região Nordeste do país como esse Sul epistêmico, que está fora e ou é excluído pela interferência das narrativas construídas/distorcidas e das injustiças produzidas social, política, econômica e institucionalmente através do imaginário global moderno/colonial (Kleiman, 2013; Santos, 2001; Stein *et al.*, 2016).

Levando o exposto em consideração, a presente pesquisa foi construída e desenvolvida nesse Sul epistêmico, a Região Nordeste brasileira, mais precisamente na Universidade Federal de Sergipe (UFS), durante 12 meses, entre os anos de 2021 e 2022. O âmbito foi o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da UFS, e o projeto foi intitulado “Pesquisas nas políticas linguísticas em busca de ações de internacionalização e a relação com IsF”. Esse projeto contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da concessão de uma

bolsa IC ao primeiro autor deste escrito. A orientação ficou a cargo do Prof. Dr. Rodrigo Belfort Gomes e da Profa. Dra. Elaine Maria Santos. Tratou-se de uma pesquisa interpretativista de abordagem quali-quantitativa, cujo corpus consistiu em 16 políticas linguísticas de IES da Região Nordeste, as quais podem ser observadas no quadro abaixo.

Quadro 1 - IES pesquisadas e suas respectivas siglas

1. Universidade Federal de Sergipe - UFS
2. Instituto Federal de Alagoas - IFAL
3. Instituto Federal do Sertão Pernambuco - IF Sertão-PE
4. Universidade Federal do Maranhão - UFMA
5. Universidade Federal do Piauí - UFPI
6. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
7. Universidade de Pernambuco - UPE
8. Universidade Estadual do Ceará - UECE
9. Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
10. Universidade Federal da Bahia - UFBA
11. Universidade Federal do Ceará - UFC
12. Universidade Federal do Cariri - UFCA
13. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
14. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
15. Universidade Federal da Paraíba - UFPB
16. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Fonte: Elaborado pelos autores.

Contemplou-se a disponibilidade dessas políticas no repositório institucional do Idiomas sem Fronteiras como o único critério de seleção, à exceção de duas políticas (UFPB, 2020; UFPE; 2018), as quais foram adicionadas com o andamento do projeto por considerá-las fundamentais para entender o cenário pesquisado. Cada IES teve uma PL como objeto, não sendo levados outros aspectos em consideração, como a localidade dessas instituições; devido a isso, alguns estados têm duas ou três IES/PLs contempladas.

Destacamos que alguns dos resultados que aqui serão dispostos foram também apresentados em outra oportunidade, em uma comunicação oral no VII Seminário de Formação de Professores e Ensino de Língua Inglesa - SEFELI, em outubro de 2023, evento realizado no campus São Cristóvão da UFS. Feitas essas considerações, na seção seguinte,

buscamos tecer alguns diálogos teóricos junto à análise das PLs, concluindo com nossas palavras finais.

As PLs e seus objetivos: uma reflexão sobre os achados

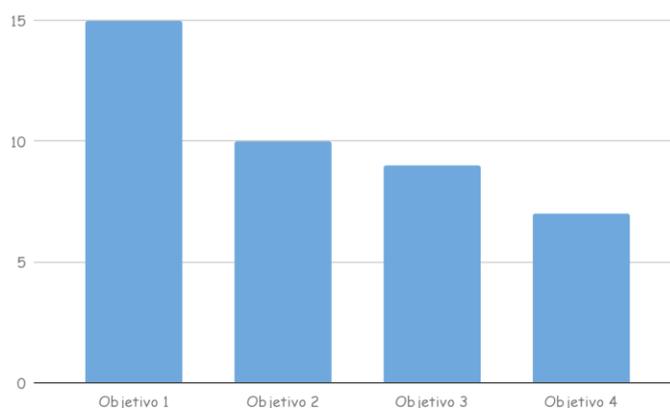
O estabelecimento de objetivos claros proporciona um alinhamento da política linguística com as necessidades e aspirações da comunidade e da instituição, fator contribuinte para a edificação de um planejamento linguístico *a posteriori*, fazendo-se uso de metas e ações condizentes com esses objetivos e com os demais pontos/contextos (em) que a PL trata/está inserida (Gomes; Santos, 2023). Ademais, esse estabelecimento pode corroborar tanto para a manutenção de uma visão de internacionalização mais focada em perspectivas neoliberais quanto para uma ressignificação desse processo, (re)visto de modo crítico (Guimarães; Finardi; Casotti, 2019; Guimarães; Silva, 2022; Stein *et al*, 2016). Levando isso em consideração, buscou-se identificar os objetivos que mais foram recorrentes e os que menos apareceram nessas 16 PLs. Com mais recorrência, tivemos:

Quadro 2 - Objetivos mais recorrentes

Objetivo 1: Promover o ensino-aprendizagem de línguas
Objetivo 2: Apoiar a internacionalização
Objetivo 3: Estimular o pluri/multilinguismo e/ou a inter/multiculturalidade
Objetivo 4: Estabelecer parcerias, acordos (internacionais) entre os serviços público e privado etc.

Fonte: elaborado pelos autores.

Gráfico 1 - número de PLs em que os objetivos mais recorrentes são apresentados

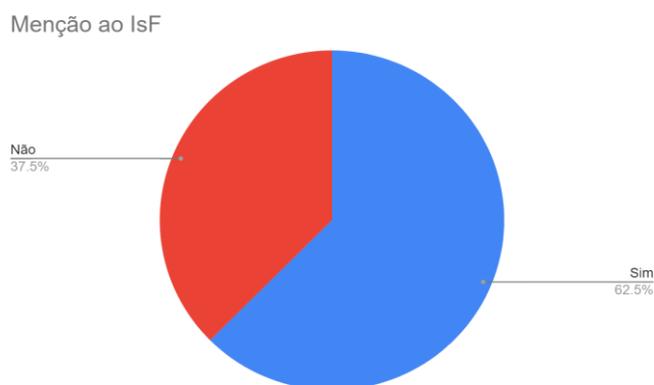


Fonte: elaborado pelos autores.

Observamos que o objetivo 1, o mais recorrente, foi introduzido em 15 das 16 PLs (ver gráfico 1) e ele se estende à oferta de cursos, formação inicial de professores/as de línguas dos cursos da graduação das IES e aplicação de testes de proficiência. Essa adesão do ensino-aprendizagem de línguas identifica o entendimento dos agentes formuladores desses documentos no tocante à promoção de um ensino-aprendizagem de línguas para solidificar o processo de internacionalização (Abreu-e-Lima *et al.*, 2023). Consideramos esse como um avanço crucial para o cenário em questão, porque lá em 2011 os/as estudantes participantes do CsF tiveram dificuldades nos seus estudos no exterior justamente pelo empecilho linguístico, tendo em conta que não se planejou uma política linguística *a priori* para se pensar e se materializar essa mobilidade estudantil (Silva; Silva, 2019; Finardi; Guimarães, 2019), vindo apenas posteriormente o Inglês sem Fronteiras, como discutido acima.

Notamos também que, na maioria das políticas (ver gráfico 2), o IsF manifestou-se como um dos agentes responsáveis pela oferta desses cursos voltados à comunidade acadêmica, mostrando, assim, a relevância do Programa mesmo com o encerramento do CsF (Silva; Silva, 2019). Houve menção em 10 dos 16 documentos analisados, ou seja, 62,5% dos documentos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2 - porcentagem de menção ao IsF nas PLs



Fonte: elaborado pelos autores.

“Promover o ensino-aprendizagem de línguas” é, antes de mais nada, uma oportunidade de democratização no acesso ao estudo de línguas estrangeiras tão restrito em nosso país. Nesse sentido, o IsF, enquanto um Programa que oferece cursos de sete⁶ idiomas, propõe uma desmistificação de que o inglês é o único idioma da internacionalização (e da globalização), à medida que procura romper o monolingüismo de uma língua estrangeira

⁶ Cada instituição participante do IsF possui o Núcleo de Línguas (NuLi) e os/as professores/as bolsistas e voluntários/as, assim como os cursos ofertados presencialmente, dependem das licenciaturas disponíveis na instituição em questão. Na UFS, por exemplo, são ofertados cursos de Espanhol, Francês, Inglês e Português como Língua Estrangeira - PLE.

no país, abrindo espaços para o pluri/multilinguismo (Finardi; Guimarães, 2019; Guimarães; Finardi; Casotti, 2019). Em relação ao ensino de língua(s) estrangeira(s) na educação fundamental maior e no ensino médio públicos, historicamente, os/as professores/as enfrentam centenas de problemas diariamente, a exemplo da carga horária diminuta, a falta de investimentos, a lotação das salas de aulas, entre tantos outros (Oliveira, 2020).

Aprender uma (outra) língua é sempre sinônimo de privilégio, de poder, sendo os/as negros/as (e) aqueles/as que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica os principais excluídos desse lugar (Oliveira, 2020). São fatores que ocasionam uma dificuldade no domínio de outra língua, para além da materna e há um reflexo nos/as alunos/as que chegam ao ensino superior advindos do ensino básico público (Silva; Silva, 2019).

Agora, em relação ao objetivo 2, “apoiar a internacionalização”, 10 instituições sinalizaram-no em seus documentos, mas é interessante pontuar que elas não se restringiram a uma visão de que internacionalização é apenas constituída por ações de mobilidade (Knight, 2005; 2020). A Internacionalização em Casa, leC, foi um caminho frequentemente apontado como uma direção a mais na busca por esse processo pela instituição. Guimarães, Finardi e Casotti (2019) defendem a leC enquanto uma possibilidade de ampliar o acesso e a inclusão de mais estudantes à/na internacionalização, uma vez que nem todos/as podem pagar pelo seu ingresso nesse movimento, principalmente pelas exclusões causadas por séculos de desigualdades estimuladas e corporificadas pelas estruturas modernas/coloniais (Santos; 2001; Stallivieri, 2020; Stein *et al.*, 2016).

Entre as propostas da leC está a reformulação dos currículos dos cursos de (pós-) graduação com a finalidade de abranger práticas e teorias que se voltem aos desdobramentos internacionais do mundo globalizado, a virtualização das atividades — muito embora esse acesso também seja desigual e excludente em centenas de casos (Stallivieri, 2020); assim como contemplar aspectos multi/interculturais, e, no caso, do Brasil, privilegiar diálogos com o Sul Global ambicionando um processo solidário, crítico, decolonial e/ou anti-opressivo (Chagas, 2023; Leal; Abba; Finardi, 2023; Stein *et al.*, 2016).

Já a proposta do objetivo 3 foi a de “Estimular o pluri/multilinguismo e/ou a inter/multiculturalidade”. As discussões sobre o pluri/multilinguismo e a inter/multiculturalidade estão cada vez mais em destaque, notadamente em virtude dos fluxos de pessoas, informações e línguas em decorrência da intensificação do processo de globalização (Severo, 2013). Autores/as como Canagarajah (2012) argumentam que as línguas não devem ser mais entendidas como um sistema fechado e identificador de somente uma nação ou povo. Uma língua, agora, está pautada em repertórios e práticas que variam contextualmente e elas podem se misturar, adquirindo elementos e palavras de várias línguas e signos em uma forma híbrida, de translinguagem (Canagarajah, 2012).

Experenciamos essa translíngua no Portunhol, no Spanglish, no internetês. Com isso, temos contato com diversas línguas progressivamente, seja ele presencial ou virtual: na internet, nas salas de aulas, nos corredores das IES. A manifestação de tal realidade em um objetivo em 9 das PLs analisadas só sublinha que as instituições estão em sincronia com os acontecimentos de seu cotidiano.

Chegamos ao quarto objetivo mais recorrente, o qual foi manifestado em 7 das 16 PLs em questão: “Estabelecer parcerias, acordos (internacionais) entre os serviços público e privado etc.”. Consideramos como possibilidades desse objetivo, um olhar institucional para construir relações em que uma cooperação para a solidariedade acadêmica através de compartilhamento de conhecimentos, experiências e recursos esteja priorizada em detrimento de uma competitividade tão característica da internacionalização. Fator que contribui para uma ressignificação do conceito e do próprio processo para as realidades do ensino superior no país (Gomes; Santos, 2023; Chagas, 2023).

Agora, os objetivos dispostos no quadro 3 apareceram com menor recorrência nos documentos analisados. Os objetivos 1 e 4 foram encontrados na PL da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2020), e os objetivos 2 e 3, estavam, respectivamente, nas PLs da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, 2018) e Universidade Federal de Sergipe (UFS, 2018).

Quadro 3 - Objetivos menos recorrentes

Objetivo 1: Incentivar a criação de um órgão para desenvolvimento da política e planejamento linguísticos (UFPB, 2020)
Objetivo 2: Oferecer estudos de Língua Portuguesa a imigrantes e refugiados (UFRPE, 2018)
Objetivo 3: Oferecer cursos de línguas a estudantes vulneráveis socioeconomicamente (UFS, 2018)
Objetivo 4: Ofertar exame de proficiência para línguas de sinais (UFPB, 2020)

Fonte: elaborado pelos autores.

No objetivo 1, a UFPB (2020) mostra uma preocupação a longo prazo com sua política, dando margem para que ela seja implementada por intermédio de um planejamento linguístico, que se torna essencial como um dos passos de um plano formal de internacionalização. Santos e Gregolin (2023, p. 36) contribuem para essa discussão ao acrescentar que apenas a partir de um documento de planejamento linguístico se faz possível “modificar práticas e crenças” no que se refere aos processos de ensino-aprendizagem de línguas e internacionalização. Segundo a definição do GPLIES, o planejamento linguístico é caracterizado por um:

[...] conjunto de ações construídas e organizadas democraticamente, baseadas em uma política linguística, que envolve um plano de trabalho com objetivos e metas em diferentes eixos de abrangência, público-alvo, metodologia, articulação das ações e seus responsáveis, formas de acompanhamento da execução, cronograma, orçamento, indicadores e avaliação (GPLIES, 2021 *apud* Santos; Gregolin, 2023, p. 37).

Essa demarcação na PL da UFPB (2020) caminha na direção contrária das outras 15 PLs analisadas, pois “apesar de constatar a existência de discussões sobre PLs na maioria das IES [...], ainda há a necessidade, no entanto, de um incentivo para que debates sobre Planejamento Linguístico sejam abertos” (Santos; Gregolin, 2023, p. 44).

De modo igual, pertence à UFPB (2020) o objetivo 4: “Ofertar exame de proficiência para línguas de sinais”. Esse foi um objetivo inesperado, tendo em consideração que as instituições reforçaram o TOEFL ITP⁷ como o teste a ser aplicado, dando ênfase, portanto, à certificação da língua inglesa por conta da parceria do MEC/IsF e a empresa responsável pelos testes no Brasil. Aplicar testes de proficiência de LIBRAS é um olhar outro dado pela Universidade, um olhar que amplia o horizonte de quais são os/as agentes que podem participar do processo de internacionalização, ampliando o espaço para corpos que não faziam parte do mundo eurocentrado e excludente do ensino superior até pouco tempo.

É um olhar outro para o processo de internacionalização e para a instituição da universidade, passando a entendê-la como um espaço de pluriversidade, abrindo (des)caminhos para que se possa almejar e trabalhar por (rel)ações baseadas na justiça social, na solidariedade, e em uma constante (busca pela) decolonização do ser, do saber, do poder e, sobretudo, da língua(gem), pois não podemos, enquanto sujeitos em uma sociedade (neo)colonizada, manter o ciclo de desigualdades, exclusões e colonialidades reproduzido dentro do imaginário global moderno/colonial (Stein *et al.*, 2016; Santos, 2001; Leal; Abba; Finardi, 2023; Veronelli, 2021). É preciso ocupar nossos espaços e lugares de fala, nos politizarmos enquanto agentes das teorias e das práticas (Chagas, 2023).

Esse olhar (decolonial e crítico) também está com a Universidade Federal de Sergipe (2018), que propôs “oferecer cursos de línguas a estudantes vulneráveis socioeconomicamente” (Objetivo 3). Os movimentos da UFPB e UFS demonstram o acompanhamento da evolução de suas realidades. No caso da UFS (2018), esse olhar a estudantes vulneráveis caminha ao encontro da Lei nº 12.711/2012, assinada pela ex-Presidenta Dilma Rousseff e popularmente conhecida como Lei de Cotas, que completou 10

⁷ Esse teste é utilizado em universidades estrangeiras para atestar a proficiência em língua inglesa de candidatos/as de mobilidade acadêmica que vão cursar seus estudos em alguma dessas instituições. O TOEFL ITP foi aplicado gratuitamente pelo IsF entre 2012 e 2019 como forma de preparar os/as alunos/as para experiências internacionais e/ou para certifi-cá-los/as com o nível linguístico. Com o fim do contrato com a empresa fornecedora do teste e a ausência de intenção do MEC em renovar o contrato com a empresa (e também em continuar sendo o mantenedor do IsF), a aplicação foi encerrada em 2019.

anos em agosto do ano de 2022. O principal objetivo da Lei foi o de abrir as portas das IES para pessoas marginalizadas historicamente: negros/as, indígenas, pessoas de baixa renda e aquelas vindas de escolas públicas, tal como o primeiro autor deste trabalho. Em um período de 10 anos, houve um aumento expressivo da presença dessas pessoas dentro dos campi dessas Instituições (Nogueira, 2022).

Outro fator que vem aumentando a presença de pessoas até então excluídas do espaço acadêmico são os deslocamentos forçados ou não por consequência da globalização, de guerras ou mudanças climáticas (Santos, 2001). Em sua dissertação de mestrado, Gonçalves (2018) pesquisou 103 Instituições Federais de Educação Superior e encontrou a oferta de vagas para migrantes em (somente) 11 delas. No objetivo 2, “Oferecer estudos de Língua Portuguesa a imigrantes e refugiados”, a UFRPE (2018) entrelaça essa realidade crescente em todo o mundo com a sua própria (possivelmente), possibilitando que esses/as migrantes, forçados/as ou não, possam atenuar a vulnerabilidade linguística habitual com o acesso às aulas de língua portuguesa.

Palavras finais

Os estudos brasileiros no campo de Política Linguística são recentes e ainda mais recentes são os estudos que entrelaçam esse campo com o da internacionalização do ensino superior (Sousa; Ponte; Sousa-Bernini, 2019; Guimarães; Pereira, 2021; Finardi; Casotti, 2019; Chagas, 2023). O Programa Idiomas sem Fronteiras vem desempenhando um papel importante tanto no estímulo quanto na elaboração e implementação de políticas linguísticas e no processo da internacionalização das IES brasileiras por meio de ensino-aprendizagem de línguas e formação de professores/as (Abreu-e-Lima, 2023; Gomes; Santos, 2023; Santos; Gregolin, 2023; Matos; Carvalho, 2023). Neste trabalho, o nosso objetivo foi o de apresentar os objetivos mais e menos recorrentes em PLs de 16 IES da Região Nordeste do Brasil, bem como a recorrência da menção ao IsF nesses documentos. Documentos esses que foram incentivados e construídos a partir da publicação do Edital de Recredenciamento nº 29/2017 do IsF.

Como achados e reflexões, podemos notar que a maioria das instituições pesquisadas buscou favorecer uma democratização no acesso ao ensino-aprendizagem de línguas, que se estendeu para além da língua inglesa, que por vezes é tida, num olhar imperialista, como a língua da globalização/internacionalização (Oliveira, 2020; Guimarães; Silva, 2022; Finardi; Casotti, 2019; Chagas, 2023). De igual modo, as IES consideram oportunizar em suas PLs outras possibilidades de internacionalizar, como a leC (Internacionalização em Casa). Porém, na direção contrária, apenas três universidades buscaram abranger os corpos outros através das ofertas de exame de proficiência em Libras; cursos de línguas a estudantes vulneráveis; ensino de língua portuguesa para imigrantes e refugiados (UFPB, 2020; UFS, 2018; UFRPE,

2018). Ademais, apenas uma universidade demonstrou uma atenção maior ao incentivo à construção de um planejamento linguístico (Santos; Gregolin, 2023), o que favorece a concretização dos objetivos propostos nesses documentos na prática, a médio ou longo prazo.

Referências

ABREU-E-LIMA, D. M. *et al.* **Idiomas sem Fronteiras**: internacionalização da educação superior e formação de professores de língua estrangeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Edital n. 29/2017**. Edital de chamada pública para credenciamento de Universidades Federais para atuação como Núcleo de Línguas (NuLi-IsF) no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital_29_2017.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria MEC 30/2016**. Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/2016/janeiro/Portaria_30_IdiomassemFronteiras_2016.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Programa Idiomas sem Fronteiras. **Portaria n. 973, de 14 de novembro de 2014**. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

BRASIL. **Portaria No 1.466, de 18 de dezembro de 2012**. Institui o Programa Inglês sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.415**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília/DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

CANAGARAJAH, S. **Translingual Practice**: Global Englishes and Cosmopolitan Relations. New York: Routledge, 2012.

CHAGAS, L. A. Uma percepção crítica sobre a internacionalização da Educação superior como missão universitária: os cursos de Letras Línguas Estrangeiras no Brasil em foco. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 9, n. 23, p. 31-48, 2023.

FINARDI, K. R.; GUIMARÃES, F. F. Local agency in national language policies: the internationalisation of higher education in a Brazilian institution. **Current Issues in Language Planning**, v. 1, p. 1-23, 2019.

GOMES, R. B.; SANTOS, E. M. Da Política ao Planejamento Linguístico: Por uma construção coletiva em prol da Internacionalização. In: CHAGAS, L. A.; COELHO, J. P. P. (org.). **Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior**: transdisciplinaridades, inovações e práxis. Cassilândia: Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso do Sul: CLEUEMS/UUC, 2023. p. 17-31.

GONÇALVES, J. S. S. **Direitos linguísticos no acesso ao direito à educação por migrantes forçados no Brasil**: Estado, práticas e educação superior. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

GUIMARÃES, F. F.; FINARDI, K. R.; CASOTTI, J. B. C. Internationalization and Language Policies in Brazil: What is the Relationship?. **Rev. Brasileira Linguística Aplicada**, v. 19, n. 2, p. 295-327, 2019.

GUIMARÃES, R. M.; PEREIRA, L. S. M. Mapeamento dos estudos sobre políticas linguísticas e internacionalização no Brasil: uma selfie. **Fórum Linguístico**, v. 18, n. 1, p. 5596- 5617, 2021.

GUMARÃES, R. M.; SILVA, K. A. Políticas linguísticas para a internacionalização da educação: um olhar decolonial a partir dos institutos federais. **Linguagem em Foco**, v. 14, n. 1, p. 33-56, 2022.

JERNUDD, B.; NEKVAPIL, J. History of the field: a sketch. In: SPOLSKY, B. (org.). **The Cambridge handbook of language policy**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2012. p. 16-36.

KLEIMAN, A. B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L. P. **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: Festschrift** para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39-58.

KNIGHT, J. An Internationalization Model: responding to new realities and challenges. In: DE WIT, H.; JARAMILLO, J. G.; KNIGHT, J. (org.). **Higher Education in Latin America: the international dimension**. Washington, D.C.: The World Bank, 2005. p. 1-38.

KNIGHT, J. **Internacionalização da educação superior**: conceitos, tendências e desafios. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.

LEAL, F.; ABBA, M. J.; FINARDI, K. Imersos no imaginário global dominante: refletindo sobre os discursos de internacionalização da educação superior no Brasil. In: Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência em Administração, 2023, Florianópolis. **Anais [...]**, 2023, p. 1-32.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. D. A. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 14, n. 3, p. 583-610, 2009.

MARGINSON, S. Limitations of the leading definition of ‘internationalisation’ of higher education: is the idea wrong or is the fault in reality?. **Globalisation, Societies and Education**, p. 1-20, 2023.

MATOS, M. P. S. R.; CARVALHO, M. L. G. S. Políticas Linguísticas de Internacionalização e o papel das universidades: algumas considerações sobre o contexto brasileiro à luz do direito linguístico. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 9, n. 23, p. 49-68, 2023.

NOGUEIRA, C. Ingresso de negros em universidades aumenta 205% com Lei de Cotas. **Poder360**, 30/08/2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/ingresso-de-negros-em-universidades-aumenta-205-com-lei-de-cotas/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

OLIVEIRA, F. C. M. O cenário do ensino de língua inglesa no Brasil: globalização, poder e exclusão social. **Tabuleiro de Letras**, v. 14, n. 1, p. 152–165, 2020.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C. *et al.* (org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.

SANTOS, E. M.; GREGOLIN, I. V. Planejamento Linguístico: um processo coletivo voltado para a materialização da Política Linguística da instituição. In: CHAGAS, L. A.; COELHO, J. P. P. (org.). **Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis**. Cassilândia: Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul: CLEUEMS/UUC, 2023. p. 32-46.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Alfa**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013.

SILVA, T. G.; SILVA, T. T. O lugar político-social do Inglês sem Fronteiras diante da internacionalização da educação superior brasileira. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 170-185, 2019.

SOUSA, S. C. T. PONTE, A. S.; SOUSA-BERNINI, E. N. B. A área de política e planejamento linguístico no cenário internacional e nacional. In: SOUSA, S. C. T.; PONTE, A. S.; SOUSA-BERNINI, E. N. B. (org.). **Fotografias da política linguística na pós-graduação no Brasil**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019, p. 9-50.

STALLIVIERI, L. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do Cogeime**, ano 26, n. 50, p. 15-36, 2017.

STALLIVIERI, L. International virtual education needs greater support. **University World News**, 23 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20200518150642841>. Acesso em: 13 jul. 2022.

STEIN, S. *et al.* Towards Different Conversations About the Internationalization of Higher Education. **Comparative and International Education / Éducation Comparée et Internationale**, v. 45, n. 1, p. 1-18, 2016.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Resolução nº 15/2020**. Regulamenta a Política Linguística da Universidade Federal da Paraíba.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. **Resolução Nº 03/2018**. Institui e regulamenta a Política Linguística da UFPE.

UFRPE. Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Resolução nº 121/2018**. Institui “Ad referendum” deste Conselho, a Política Linguística da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com diretrizes para ações na área de idiomas, considerando o processo de internacionalização da UFRPE.

UFS. Universidade Federal de Sergipe. **Resolução Nº 35/2018/CONEPE**. Aprova a Política Linguística da UFS.

VERONELLI, G. Sobre a colonialidade da linguagem. Trad. S. Daitch. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021.

Sobre os autores

Lucas Natan Alves dos Santos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2798-4508>

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS) com bolsa CAPES. Graduado em Letras Inglês pela UFS.

Elaine Maria Santos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6376-2932>

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestre em Letras pela mesma instituição. Professora do Departamento de Letras Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFS. Coordenadora Nacional da Rede Andifes IsF-Inglês.

Recebido em fevereiro de 2024.

Aprovado em maio de 2024.